Breve análise jurídica sobre os limites e possibilidades da disposição do próprio corpo

Autor(res)

Jéssica Rodrigues Godinho
Christian Figueiredo De Oliveira Laredo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Resumo

É indiscutível que a integridade física é um dos direitos da personalidade, e está legislada, pelo Código Civil, em seus artigos 13, 14 e 15. A partir deste contexto, abordar-se-á a integridade física voltada para a venda de um órgão ou membro do corpo. Serão abordados os principais dispositivos legais que tratam do assunto e a impossibilidade jurídica de fatos como esse serem aceitos dentro dos preceitos que regem as leis brasileiras e os bons costumes. O objetivo do presente trabalho é apresentar questões relacionadas acerca da venda de órgãos ou membros do corpo, baseando as conclusões na legislação brasileira.
A partir da problemática apresentada, verifica-se a possibilidade de uma pessoa plenamente capaz se sujeitar à venda de um dos seus órgãos ou membros, tendo em vista seus direitos de personalidade.
Ao considerar um fato concreto será investigado a presença ou ausência de exceções à regra, se seria juridicamente possível a possibilidade de se vender um braço sem que essa decisão seja considerada imoral ou ilícita, como por exemplo, para estudos científicos ou para um bem maior.
Veremos no decorrer do artigo, as consequências que quem toma decisão como essa, de quem participa de atos desse tipo e de quem incentiva ações como essas.
trata-se de uma discussão baseada em leis e fatos verídicos, suas consequências em virtude dos fatos expostos.